

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.485
Preferenciais	38.517
Total	87.002
Em Tesouraria	
Ordinárias	8
Preferenciais	2
Total	10

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	01/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	15/04/2011	Ordinária		1,33197
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	01/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	15/04/2011	Preferencial		1,46516
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	01/04/2011	Dividendo	15/04/2011	Ordinária		0,94130
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	01/04/2011	Dividendo	15/04/2011	Preferencial		1,03544

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	24.708.141	23.783.716
1.01	Ativo Circulante	10.279.535	10.838.392
1.01.01	Disponibilidades	79.759	82.391
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.437.978	3.872.110
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	3.110.303	3.451.521
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	327.675	420.589
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	696.779	1.026.946
1.01.03.01	Carteira Própria	604.337	809.265
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	280	210
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	92.162	217.471
1.01.04	Relações Interfinanceiras	292.607	238.268
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	54.053	2.320
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	232.657	230.048
1.01.04.03	Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural	4.041	3.971
1.01.04.04	Repasse Interfinanceiros	780	805
1.01.04.05	Correspondentes	1.076	1.124
1.01.05	Relações Interdependências	0	285
1.01.06	Operações de Crédito	4.488.688	4.224.164
1.01.06.01	Setor Público	49.954	58.378
1.01.06.02	Setor Privado	4.789.383	4.411.860
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-350.649	-246.074
1.01.08	Outros Créditos	1.270.263	1.380.525
1.01.08.01	Crédito por Avais e Fianças Honrados	5	8
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	589.722	521.843
1.01.08.03	Renda a Receber	26.187	25.570
1.01.08.04	Diversos	681.367	851.425
1.01.08.05	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-27.018	-18.321
1.01.09	Outros Valores e Bens	13.461	13.703
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	6.295	6.702
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações	-1.292	-1.302
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	8.458	8.303
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.239.595	12.753.269
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	8.026.886	6.739.820
1.02.02.01	Carteira Própria	7.370.601	6.293.647
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	512.113	437.948
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	358	95
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	143.814	8.130
1.02.03	Relações Interfinanceiras	32.514	32.474
1.02.03.01	Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural	331	329
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	28.285	27.718
1.02.03.03	Repasse Interfinanceiros	3.898	4.427
1.02.05	Operações de Crédito	6.031.767	5.910.740
1.02.05.01	Setor Público	1.210.433	1.209.193
1.02.05.02	Setor Privado	5.077.400	5.036.407

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-256.066	-334.860
1.02.07	Outros Créditos	148.428	70.235
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	10	12
1.02.07.02	Diversos	182.465	155.592
1.02.07.03	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-34.047	-85.369
1.03	Ativo Permanente	189.011	192.055
1.03.01	Investimentos	1.450	1.429
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.753	6.732
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	185.425	188.219
1.03.02.01	Imóveis de Uso	135.473	132.615
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	111.628	111.628
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	151.715	151.302
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-213.391	-207.326
1.03.05	Diferido	2.136	2.407
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	5.456	6.096
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-3.320	-3.689

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	24.708.141	23.783.716
2.01	Passivo Circulante	9.821.635	8.474.793
2.01.01	Depósitos	4.515.734	3.772.031
2.01.01.01	Depósitos à Vista	130.711	109.037
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.456.740	1.288.569
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	558.167	670.627
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.357.078	1.688.256
2.01.01.05	Outros Depósitos	13.038	15.542
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	511.697	460.893
2.01.02.01	Carteira Própria	475.536	372.897
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	36.161	87.996
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.986	2.991
2.01.03.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	6.986	2.991
2.01.04	Relações Interfinanceiras	29.382	22
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	29.382	22
2.01.05	Relações Interdependências	3.630	30.330
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.603	30.330
2.01.05.02	Transferência Interna de Recursos	1.027	0
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	621.065	461.822
2.01.06.01	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	16.247	15.219
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	604.818	446.603
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	297.237	289.427
2.01.07.01	Tesouro Nacional	205	192
2.01.07.02	BNDES	165.596	166.206
2.01.07.03	FINAME	5.117	3.921
2.01.07.04	Outras Instituições	126.319	119.108
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	68.786	66.808
2.01.09	Outras Obrigações	3.767.118	3.390.469
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.423	12.118
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	125.019	5.604
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	11.526	16.601
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	143.135	130.687
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	320.334	493.132
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	3	7
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.350.803	1.011.809
2.01.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	18.357	1.647
2.01.09.09	Diversas	1.788.518	1.718.864
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	12.617.740	13.131.569
2.02.01	Depósitos	4.204.876	4.737.550
2.02.01.01	Depósitos à Vista	21.453	25.082
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	13.865	13.501
2.02.01.03	Depósitos a Prazo	4.169.558	4.698.967
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	34.758	63.396
2.02.02.01	Carteira Própria	34.758	63.396
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	471.959	482.496

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.03.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	471.959	482.496
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	45.857	45.656
2.02.06.01	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	45.857	45.656
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.466.439	1.397.349
2.02.07.01	Tesouro Nacional	876	894
2.02.07.02	BNDES	835.938	767.054
2.02.07.03	FINAME	56.233	48.938
2.02.07.04	Outras Instituições	573.392	580.463
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	661.067	662.357
2.02.09	Outras Obrigações	5.732.784	5.742.765
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros e Derivativos	60.731	46.020
2.02.09.02	Fundo Financeiros e de Desenvolvimento	2.642.019	2.734.366
2.02.09.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.025.346	1.002.519
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.128.778	1.101.848
2.02.09.05	Diversas	875.910	858.012
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	16	16
2.05	Patrimônio Líquido	2.268.750	2.177.338
2.05.01	Capital Social Realizado	1.850.616	1.850.616
2.05.01.01	De Domiciliados no País	1.851.000	1.851.000
2.05.01.03	(Ações em Tesouraria)	-384	-384
2.05.03	Reservas de Reavaliação	27.455	28.064
2.05.03.01	Ativos Próprios	27.455	28.064
2.05.04	Reservas de Lucro	248.528	248.528
2.05.04.01	Legal	88.896	88.896
2.05.04.02	Estatutária	159.632	159.632
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	65.857	50.130
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	65.857	50.130
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	76.294	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	698.037	547.830
3.01.01	Operações de Crédito	394.318	338.663
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	305.691	178.662
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-14.940	-5.937
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	8.677	27.014
3.01.05	Resultado Aplicações Compulsórias	4.291	9.428
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-384.896	-286.120
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-207.050	-114.482
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-131.716	-120.965
3.02.03	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-46.130	-50.673
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	313.141	261.710
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-124.505	-97.953
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	317.516	279.626
3.04.02	Despesas de Pessoal	-252.261	-225.573
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-172.936	-144.159
3.04.04	Despesas Tributárias	-44.016	-38.939
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	243.620	202.897
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-216.428	-171.805
3.05	Resultado Operacional	188.636	163.757
3.06	Resultado Não Operacional	-1.592	998
3.06.01	Receitas	607	1.077
3.06.02	Despesas	-2.199	-79
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	187.044	164.755
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-102.302	-99.517
3.09	IR Diferido	3.406	719
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-12.463	0
3.10.01	Participações	-12.463	0
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	75.685	65.957
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,87002	0,7582

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	474.040	298.507
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	39.489	119.610
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	75.685	65.957
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	6.534	6.389
6.01.01.04	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	0	3
6.01.01.05	Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	46.130	50.673
6.01.01.06	Passivo Contingente	-88.844	-3.235
6.01.01.07	Aplicação no Diferido	-16	-175
6.01.01.08	Resultado de Exercícios Futuros	0	-2
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	434.551	178.897
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	33.100	12.067
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependência	-51.434	-35.867
6.01.02.03	Operações de Crédito	-468.043	14.839
6.01.02.04	Outros Créditos	-69.349	193.518
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-236	-1.721
6.01.02.06	Depósitos	211.029	152.489
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	22.166	23.845
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-6.542	0
6.01.02.09	Obrigação por Empréstimos e Repasses	237.032	-142.697
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	12.016	3.493
6.01.02.11	Outras Obrigações	377.031	-10.647
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social	137.781	-30.422
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-724.507	-628.933
6.02.01	Títulos Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda	-721.511	-625.826
6.02.02	Inversões de Investimentos	-15	-14
6.02.03	Inversões de Imobilizado de Uso	-4.511	-2.874
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-25	-176
6.02.05	Alienação em Investimentos	-6	0
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	1.059	-27
6.02.07	Alienação em Bens Não de Uso Próprio	502	-16
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	66.465	12.226
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-3	-8
6.03.03	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	26.931	12.234
6.03.04	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	39.537	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-184.002	-318.200
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.869.499	3.877.920
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.685.497	3.559.720

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	75.685	0	75.685
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-609	0	609	15.727	15.727
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	15.727	15.727
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-609	0	609	0	0
5.13	Saldo Final	1.851.000	0	27.455	248.528	76.294	65.473	2.268.750

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.652.000	502	30.501	271.977	0	117.745	2.072.725
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.652.000	502	30.501	271.977	0	117.745	2.072.725
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	65.957	0	65.957
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-609	0	609	-54.905	-54.905
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-54.905	-54.905
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-609	0	609	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	198.000	0	0	-198.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	198.000	0	0	-198.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	1.850.000	502	29.892	73.977	66.566	62.840	2.083.777

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	998.429	809.590
7.01.01	Intermediação Financeira	698.037	547.830
7.01.02	Prestação de Serviços	317.516	279.626
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-46.130	-50.673
7.01.04	Outras	29.006	32.807
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-338.766	-235.446
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-158.195	-130.937
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-56.395	-55.847
7.03.02	Serviços de Terceiros	-101.800	-75.090
7.04	Valor Adicionado Bruto	501.468	443.207
7.05	Retenções	-6.534	-6.389
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.534	-6.389
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	494.934	436.818
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	494.934	436.818
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	494.934	436.818
7.09.01	Pessoal	234.328	201.866
7.09.01.01	Remuneração Direta	158.444	113.525
7.09.01.02	Benefícios	65.069	79.853
7.09.01.03	F.G.T.S.	10.815	8.488
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	176.714	162.162
7.09.02.01	Federais	173.487	159.043
7.09.02.02	Estaduais	5	7
7.09.02.03	Municipais	3.222	3.112
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.207	6.833
7.09.03.01	Aluguéis	8.207	6.833
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	75.685	65.957
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	75.685	65.957

Comentário do Desempenho

INTRODUÇÃO

No primeiro trimestre de 2011, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) realizou 688.846 operações no valor de aproximadamente R\$ 5,0 bilhões, envolvendo créditos contratados de curto e longo prazos, mercado de capitais e desembolsos do FDNE com risco do Banco, apresentando crescimento de 51% no valor e 28% na quantidade em relação ao primeiro trimestre de 2010. Dessa maneira, o BNB iniciou o ano de 2011 com o firme propósito de atingir o objetivo estratégico de apoiar o agente produtivo regional em todas as suas necessidades de crédito, tanto de financiamentos de longo prazo quanto de empréstimos de curto prazo, utilizando recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras fontes à sua disposição, sempre priorizando o agricultor familiar, o mini e pequeno produtor rural, o micro e pequeno empresário urbano e o microempreendedor informal.

AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Financiamento de pesquisa sobre produção de cabras leiteiras no semiárido – O BNB patrocinará estudo da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa) no Rio Grande do Norte sobre a produção de cabras leiteiras. Com duração de três anos, a iniciativa receberá um aporte de aproximadamente R\$ 60 mil do BNB por meio do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), administrado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene). A pesquisa irá comparar duas raças de caprinos, uma exótica, a Anglo-Nubiana, originária da Inglaterra, e outra nativa, a Canindé. O objetivo é avaliar o potencial produtivo dessas raças e identificar a mais adequada ao semiárido nordestino. Como parte da difusão dos resultados obtidos durante o estudo, professores da Ufersa realizarão quatro dias de campo com produtores rurais, sendo dois dias na própria instituição e os outros dois nos assentamentos Mulunguzinho, em Mossoró, e Moacir Lucena, em Apodi. Serão realizados ainda dois ciclos de palestras e um minicurso, eventos voltados para estudantes de graduação e pós-graduação.

Firmatura de parcerias para melhoria da produção de algodão no Ceará – Em fevereiro de 2011, o BNB, por meio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), reuniu-se com representantes dos principais setores ligados à agricultura cearense para firmar parcerias visando à implementação do modelo tecnológico e dos índices técnicos do cultivo do algodão por produtores familiares no semiárido cearense. Participaram do encontro a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB/CE), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/CE), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce). Durante a reunião também foram apresentadas diretrizes para estimular o desenvolvimento sustentável da cotonicultura no meio rural por meio da realização de atividades econômicas estruturadas de forma cooperativista. Pelo acordo, o Banco do Nordeste ficará com o apoio financeiro e a difusão tecnológica, a OCB/CE com a coordenação do projeto, a Embrapa com a capacitação dos técnicos e a Ematerce com a capacitação dos agricultores.

Início das atividades do Espaço Nordeste do BNB em Barra de Santa Rosa (PB) – No mês de fevereiro de 2011, o Espaço Nordeste de Barra de Santa Rosa (PB) iniciou suas atividades. O Espaço Nordeste é um local que reúne ações voltadas para atividades socioculturais e negócios bancários. Por ocasião da solenidade de inauguração, o Superintendente Estadual do BNB falou sobre a satisfação de

Comentário do Desempenho

entregar à comunidade de Barra de Santa Rosa um importante instrumento de fortalecimento da cultura e dos negócios da região. Com o início das atividades do Espaço Nordeste, a comunidade local irá contar com um importante canal de acesso a políticas governamentais, desenvolvimento social, cultural e econômico, além de dispor dos produtos e serviços oferecidos pelo BNB. O Espaço é coordenado pela agência de Campina Grande e pelo Instituto Nordeste Cidadania, que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), contando com a parceria da Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa.

Realização de seminários na região Sudeste sobre incentivos para reinvestimento – Em março de 2011, o BNB promoveu uma série de seminários sobre incentivos para reinvestimento em três capitais da região Sudeste, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, para grandes empresas com atuação na região Nordeste. O Diretor de Administração de Recursos de Terceiros do BNB apresentou as condições de acesso ao benefício fiscal que permite às empresas reinvestirem parte do seu Imposto de Renda em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Esses empreendimentos devem atuar nos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, bem como operar na área de atuação do BNB. O reinvestimento pode ser de 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro das atividades relativas aos setores ou empreendimentos objetos de incentivo fiscal ou de tributação favorecida. O incentivo pode ser utilizado até o final do ano de 2013. Em 2010, o BNB registrou depósitos e liberações para reinvestimento nos montantes de R\$ 176,7 milhões e R\$ 242,6 milhões, respectivamente. Ainda no ano passado, 111 empresas manifestaram sua opção pelo incentivo. Ao final do exercício, 206 empresas possuíam saldo de depósitos para reinvestimento.

Assinatura de Acordo de Parceria Público-Privada entre o BNB e a Prefeitura de Campina Grande (PB) – Em 29 de março de 2011, foi firmado Acordo de Parceria Público-Privada (PPP) entre o BNB e a Prefeitura de Campina Grande (PB) no Palácio do Bispo, sede do governo municipal. O objetivo do Acordo é apoiar a estruturação de projetos de infraestrutura por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP), com destaque para vias, rodovias, centros logísticos integrados de transportes e serviços, distritos industriais, centros de desenvolvimento e apoio à inovação tecnológica e ao empreendedorismo inovador. O acordo de cooperação vigorará por um período de 24 meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, em face do interesse dos envolvidos. Vale registrar que o projeto de Lei do Programa de PPP do Município de Campina Grande já foi encaminhado à Câmara Municipal a fim de ser apreciado e votado.

FATOS ADMINISTRATIVOS

Realização do Curso de Especialização em Administração Financeira pela Universidade Corporativa Banco do Nordeste - Em 7 de fevereiro de 2011, teve início no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, em Fortaleza (CE), a IV Turma do Curso de Especialização em Administração Financeira, modalidade *in company*, resultado de parceria entre o BNB e a Universidade de Fortaleza (UNIFOR). O curso de especialização, com duração de cinco meses, possui nível de pós-graduação *lato sensu* e tem como objetivo dotar os 39 colaboradores inscritos de conhecimentos em finanças. Ao final do treinamento, os profissionais terão uma visão abrangente e integrada de gestão em instituições financeiras, atualizando e aprofundando conhecimentos nas áreas de contabilidade, mercado financeiro e demais tópicos em finanças, com a utilização das práticas mais modernas.

Comentário do Desempenho

Promoção dos Fóruns de Gestão Estadual do Agroamigo visando ao planejamento das ações para 2011 – Em fevereiro de 2011, o BNB promoveu os Fóruns de Gestão Estadual do Agroamigo, programa de microcrédito rural produtivo e orientado, com o intuito de avaliar o desempenho de 2010 e consolidar o planejamento das estratégias e ações para 2011. Os encontros contaram com a participação das equipes das gerências e coordenadores das unidades do Agroamigo. O principal objetivo dos fóruns foi construir estratégias de atuação que permitam o crescimento do programa de microcrédito rural do BNB, bem como capacitar as equipes atuantes no programa. Os encontros foram momentos importantes para permitir um alinhamento de informações e avaliar as metas de cada unidade, servindo ainda para ratificar o comprometimento da equipe na busca dos resultados. No encerramento da programação, foi realizado um grande Fórum em Fortaleza (CE), com um treinamento sobre liderança e gestão de equipes, tendo os participantes do evento vivenciado situações e desafios enfrentados no dia a dia.

Organização do Encontro de Gerentes Gerais das Centrais de Retaguarda Operacional do BNB – Em 25 de março de 2011, o BNB realizou o Encontro de Gerentes Gerais das Centrais de Retaguarda Operacional (CRO) no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, em Fortaleza (CE). O objetivo da reunião foi promover a discussão sobre novas sistemáticas de trabalho das Centrais de Retaguarda Operacional em virtude da automatização de processos. Na ocasião, foi enfatizado o esforço da Área de Tecnologia da Informação (TI), que tem investido sistematicamente em equipamentos e pessoal com vistas à estabilização dos sistemas computadorizados e à ampliação da capacidade de armazenamento e recuperação de informações. Ademais, está sendo desenvolvido vigoroso trabalho de simplificação, racionalização e padronização das etapas dos processos realizados nas Centrais, melhor estruturando suas atividades para o célere e pleno atendimento das demandas das agências e de outros parceiros internos. O direcionamento é voltado à mudança na forma de atuação das CROs, migrando de uma visão de centralização pura para uma de compartilhamento, assumindo, definitivamente, a postura de prestadoras de serviços.

Realização do Encontro de Alinhamento Estratégico – Em 28 de março de 2011, o BNB realizou o Encontro de Alinhamento Estratégico em Fortaleza (CE). O evento contou com a participação do Presidente, diretores, superintendentes da Direção Geral e equipe do Ambiente de Planejamento. Em função de mudanças decorrentes das novas ações governamentais, assim como da crescente necessidade de diversificação de fontes de recursos, o Banco do Nordeste está revendo seu Programa Estratégico para 2011. A nova conjuntura governamental aponta para a necessidade de fortalecimento do caráter social das operações relacionadas ao microcrédito, à agricultura familiar e à micro e pequena empresa (MPE). A ampliação de *funding* para expansão dos negócios está entre as principais mudanças nas diretrizes estratégicas. Entre os objetivos estratégicos merece destaque o de fortalecer o programa de microcrédito rural Agroamigo. Cumpre registrar que há seis novos projetos estratégicos: Gestão do Conhecimento; Sistema Agroamigo; Gestão da Inovação; Gestão do Relacionamento com Clientes; Sistema de Inteligência Estratégico; e Administração e Recuperação de Crédito. A Revisão no Programa Estratégico está alinhada ao novo cenário governamental e apresentou uma metodologia com visão baseada na indústria bancária, nos recursos estratégicos do BNB e no marco institucional. Ainda em 2011, o BNB vai elaborar o novo planejamento para o período de 2012 a 2015.

Comentário do Desempenho

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Promoção de ações sociais e ambientais em Alagoas pelo Crediamigo Solidário – Em 14 de fevereiro de 2011, o BNB, por meio da unidade do Crediamigo de Maceió-Centro (AL), realizou, em parceria com a Prefeitura Municipal de Barra de Santo Antônio, o evento Crediamigo Solidário na praça principal da Ilha da Crôa, com ações voltadas à prestação de serviços sociais e à adoção de práticas ambientais. O evento faz parte da Campanha “Um milhão de Amigos do Meio Ambiente”, em alusão ao marco de um milhão de clientes ativos que o Crediamigo, programa de microcrédito urbano produtivo e orientado do BNB, pretende alcançar até o final do ano. A iniciativa inaugura uma série de eventos semelhantes no Estado de Alagoas e nasce da preocupação do Crediamigo com questões que vão além do crédito, como meio ambiente, saúde e cultura. A proposta é estimular ações em favor do planeta, como plantio de árvores, recuperação de praças, mutirão de limpeza, coleta seletiva e muito mais. Cerca de 250 moradores participaram do evento, que incluiu: plantações de mudas de árvores, círculo de cultura, corte de cabelo masculino, sorteio de cestas básicas, teste de glaucoma, mutirão de limpeza e revitalização da Praça Central, apresentação da Banda de Fanfarra do município e momento recreativo para as crianças.

Capacitação profissional de jovens em situação de risco social – Em Aracaju (SE), 282 jovens em situação de risco e vulnerabilidade social serão capacitados pela Associação dos Moradores e Amigos da Nova Brasília (Amanb). Destinado à formação profissional e geração de emprego e renda de adolescentes, o projeto “Colorindo o Futuro” terá duração de 12 meses. A iniciativa tem apoio do BNB, que atua junto ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA). O aporte do BNB foi da ordem de R\$ 70 mil. Com esses recursos, a Amanb dará continuidade à sua missão de incluir, capacitar e desenvolver socialmente os jovens e suas famílias. Este é o segundo aporte financeiro realizado pelo BNB a projetos de inclusão social da Amanb em menos de dois anos. Em 2009, o BNB concedeu R\$ 15 mil para o projeto “Crianças e Adolescentes Informatizados”, que beneficiou 200 jovens. O BNB também doou computadores para o projeto de inclusão digital da entidade, que oferece cursos de informática básica e avançada, além de manutenção de microcomputadores, artes gráficas, inglês, redação e pintura automotiva. Ao longo de três anos, o apoio do BNB aos projetos desenvolvidos pela Amanb já permitiu a capacitação de 857 jovens. A Amanb é uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 20 de setembro de 1987. Ela tem como objetivo primordial promover o bem estar social, por meio de atividades educativas, culturais, sociais e desportivas, além da geração de emprego e renda. Atualmente, a Associação abrange 44 comunidades na grande Aracaju, atendendo mais de 1.000 crianças, adolescentes e jovens.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Com relação especificamente às contratações de operações de crédito, sem considerar as operações de mercado de capitais e os desembolsos do FDNE com risco do BNB, foi contratado o montante de R\$ 4,6 bilhões por meio de 688.843 operações de empréstimos e financiamentos durante o primeiro trimestre de 2011, representando um crescimento de 48% no valor contratado em relação ao primeiro trimestre de 2010. A maior parte do volume financeiro contratado no primeiro trimestre de 2011 (59%) foi proporcionada por operações de longo prazo – um valor contratado de R\$ 2,7 bilhões. Já as operações de curto prazo totalizaram R\$ 1,9 bilhão no período considerado.

Comentário do Desempenho

Os recursos envolvidos em operações de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No primeiro trimestre de 2011, foram contratadas 94.912 operações de crédito no montante de R\$ 2,6 bilhões com recursos do FNE, valor 65% superior ao contratado no primeiro trimestre de 2010.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado para a área urbana, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 567,0 milhões, contratando 451.578 operações no primeiro trimestre de 2011, em apoio aos microempreendedores urbanos de toda sua área de atuação. No primeiro trimestre de 2010, foi desembolsado o valor de R\$ 397,4 milhões, com a contratação de 326.415 operações. Comparando-se os dois períodos, o BNB apresentou um crescimento de 43% no valor desembolsado.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 87.484 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 267,7 milhões no primeiro trimestre de 2011. Quanto ao primeiro trimestre de 2010, o BNB contratou R\$ 206,6 milhões no Pronaf. Fazendo-se a comparação entre os dois períodos, constata-se que o BNB teve um crescimento de 30% no valor contratado. Cumpre registrar que, dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural, tendo sido contratado o montante de R\$ 147,5 milhões no primeiro trimestre de 2011, com 78.425 operações realizadas com agricultores familiares, valor 20% superior ao contratado em igual período de 2010.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou 25.460 operações de financiamento no montante de R\$ 557,7 milhões ao longo do primeiro trimestre de 2011, volume 22% superior ao contratado no primeiro trimestre de 2010, que foi de R\$ 456,9 milhões por meio de 21.621 operações.

Quanto ao resultado financeiro, o BNB registrou lucro líquido de aproximadamente R\$ 76 milhões no primeiro trimestre de 2011, valor 15% superior ao verificado em igual período de 2010, que foi de R\$ 66 milhões.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14.01.2003

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 381/03, de 14.01.2003, o BNB informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no primeiro trimestre de 2011, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de Março de 2011 e de 2010

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 16- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 17- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 18- Patrimônio Líquido
Nota 4- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 19- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 20- Impostos e Contribuições
Nota 6- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 21- Provisões, Ativas e Passivas Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.
Nota 7- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 22- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 23- Benefícios a Empregados
Nota 9- Outros Créditos	Nota 24- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE
Nota 10- Carteira de Câmbio	Nota 25- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 11- Permanente	Nota 26- Gerenciamento de Risco e Índice de Basiléia
Nota 12- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 27 - Partes Relacionadas
Nota 13- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 28- Outras Informações
Nota 14- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 15- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar Nº 125 que criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis Nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil – BACEN e Comissão de Valores Mobiliários – CVM e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN); e
- CPC-33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM Nº 600, de 7.10.2009).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se o seguinte:

- 1) os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados *pro rata* dia;
- 2) as provisões, inclusive os encargos sobre férias, licença-prêmio e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e
- 3) são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

Notas Explicativas

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN Nº 3.068, de 08.11.2001.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido;

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco do Nordeste no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

g) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN N.º 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

i) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Notas Explicativas

Imobilizado de Uso o Imobilizado está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN N° 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

j) Imposto de Renda, Contribuição Social, PASEP e COFINS

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre provisões para operações de crédito e liquidação duvidosa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

k) Benefícios a Empregados

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM N° 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM N° 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano. Os efeitos da adoção inicial da Deliberação CVM N° 600, a partir de 01.01.2009, foram reconhecidos integralmente nas demonstrações encerradas em 31.12.2010.

l) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, trimestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN N.º 3.823, de 18.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões, cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Caixa e Equivalentes de Caixa em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
Disponibilidades em moeda nacional	79.264	80.923
Disponibilidades em moeda estrangeira	495	1.468
Total da Disponibilidade de Caixa	79.759	82.391
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários ⁽¹⁾	307.995	88.333
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	3.297.743	3.698.775
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.685.497	3.869.499

Notas Explicativas

⁽¹⁾ Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 5 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R\$ Mil

a) Composição

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
a) Aplicações no Mercado Aberto	3.110.303	3.451.521
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	3.074.142	3.363.525
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	36.161	87.996
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	327.675	420.589
Aplicações em Moeda Estrangeira	19.792	13.475
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	307.883	407.114
TOTAL	3.437.978	3.872.110
SALDO DE CURTO PRAZO	3.437.978	3.872.110

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.03.2010
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	95.537	60.181
Posição Bancada	93.458	58.607
Posição Financiada	2.079	1.574
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.828	5.840
TOTAL (Nota 6.b)	103.365	66.021

NOTA 6 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
Títulos Disponíveis para Venda	8.714.034	7.758.083
Títulos Mantidos até o Vencimento	8.993	8.378
Diferencial a Receber Swap	638	305
TOTAL	8.723.665	7.766.766
SALDO DE CURTO PRAZO	696.779	1.026.946
SALDO DE LONGO PRAZO	8.026.886	6.739.820

a.2) Títulos Disponíveis para Venda em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	8.211.036	8.185.204	(25.832)	
Letras Financeiras do Tesouro	6.432.271	6.430.908	(1.363)	2011 a 2017
Notas do Tesouro Nacional	1.032.612	1.035.704	3.092	2050
Letras Financeiras	31.340	31.340	-	2016
Debêntures	661.546	660.851	(695)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	21.743	21.743	-	2013
Títulos Públicos Federais – FCVS	7.620	4.523	(3.097)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	23.721	-	(23.721)	1993
Títulos da Dívida Agrária	183	135	(48)	2011 a 2022
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	12.496	11.234	(1.262)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.262	-	(1.262)	2014
Cotas de FIDC	11.234	11.234	-	2012
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	281.619	137.460	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	405	(3.806)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	281.214	141.266	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA⁽¹⁾	236.582	235.977	(605)	
Letras Financeiras do Tesouro	232.195	232.191	(4)	2011 a 2015
Títulos Públicos Federais – Outros	601	-	(601)	1993
Debêntures	3.786	3.786	-	2018
TOTAL DA CATEGORIA	8.604.273	8.714.034	109.761	
Crédito Tributário	-	-	13.846	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 15.d)	-	-	(57.750)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	65.857	

⁽¹⁾ Além dos Títulos dados em Garantia referidos no quadro acima, existem R\$ 222.897 mil de LFT e R\$ 73.192 mil de CVS não bloqueados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, pois aguardam manifestação judicial acerca da aceitação, ou não, destes ativos financeiros, para fins da efetivação da penhora.

31.12.2010

Notas Explicativas

	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	7.288.386	7.259.257	(29.129)	
Letras Financeiras do Tesouro	5.648.455	5.646.915	(1.540)	2011 a 2017
Notas do Tesouro Nacional	844.817	844.253	(564)	2015
Letras Financeiras	30.313	30.313	-	2016
Debêntures	520.905	520.204	(701)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	30.811	30.811	-	2011 a 2013
Notas Promissórias	182.165	182.165	-	2011
Títulos Públicos Federais – FCVS	7.721	4.583	(3.138)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	23.181	-	(23.181)	1993
Títulos da Dívida Agrária	18	13	(5)	2011 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	15.799	14.552	(1.247)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.247	-	(1.247)	Sem Vencimento
Cotas de FIDC	14.552	14.552	-	2012
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	258.673	114.514	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	506	(3.705)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	258.167	118.219	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA ⁽¹⁾	226.188	225.601	(587)	
Letras Financeiras do Tesouro	221.920	221.920	-	2011 a 2015
Títulos Públicos Federais – Outros	587	-	(587)	1993
Debêntures	3.681	3.681	-	2018
TOTAL DA CATEGORIA	7.674.532	7.758.083	83.551	
Crédito Tributário	-	-	13.873	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 15.d)	-	-	(47.294)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	50.130	

⁽¹⁾ Além dos Títulos dados em Garantia referidos no quadro acima, existem R\$ 217.193 mil de LFT e R\$ 74 mil de CVS não bloqueados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLIC, pois aguardam manifestação judicial acerca da aceitação, ou não, destes ativos financeiros, para fins da efetivação da penhora.

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" registra aplicações financeiras em título público denominado pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatado pelo Tesouro Nacional.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria acima, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial" o valor de R\$ 109.761 mil (R\$ 83.551 mil em 31.12.2010). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 65.857 mil (R\$ 50.130 mil em 31.12.2010).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011			31.12.2010		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	8.993	8.993		8.378	8.378	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	1.586	1.586	2012 ^(*)	1.608	1.608	2011 ^(*)
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	428	428	2012 a 2014	421	421	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	5.934	5.934	2017 ^(*)	5.200	5.200	2017 ^(*)
FGO – Fundo Garantia de Operações	193	193	Sem Vencimento	231	231	Sem Vencimento
FIP Brasil Agronegócios	852	852	2018 ^(*)	918	918	2018 ^(*)
TOTAL DA CATEGORIA	8.993	8.993		8.378	8.378	

^(*) Vencimento Previsto

a.4) No primeiro trimestre de 2011, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para a obtenção do valor de mercado foram adotados os seguintes critérios:

- Títulos de Renda Fixa: nível médio de ágio/deságio negociado no mercado secundário, conforme divulgação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA;
- Títulos da Dívida Agrária – TDA, Debêntures, CCB e Notas Promissórias: ágio/deságio médio observado na última negociação registrada na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos; e
- Títulos de Renda Variável: cotação média dos ativos na BM&F BOVESPA.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários em R\$ Mil

Notas Explicativas

Especificação	31.03.2011	31.03.2010
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5.b)	95.537	60.181
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 5.b)	7.828	5.840
Títulos de Renda Fixa	202.305	110.500
Títulos de Renda Variável	21	2.141
TOTAL	305.691	178.662

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Nordeste utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Considerando o conservadorismo da administração de carteiras do Banco do Nordeste, sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

O Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas Diferencial a Pagar e Diferencial a Receber, conforme apresentado nos quadros a seguir em R\$ Mil:

Composição em 31.03.2011							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	-	48.401	-	29.116	-	19.285
POSIÇÃO PASSIVA							
Mercado Interfinanceiro (CDI)	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Pré-fixada	445.374	638	21.753	236	15.136	402	6.617
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	954.394	638	70.154	236	44.252	402	25.902

Composição em 31.12.2010							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	-	28.855	-	11.174	-	17.681
POSIÇÃO PASSIVA							
Mercado Interfinanceiro (CDI)	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Pré-fixada	544.399	305	29.283	148	17.459	157	11.824
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.053.419	305	58.138	148	28.633	157	29.505

Composição em 31.03.2011	
Valores em Risco de Operações de Swap	Valor
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – ATIVO	484.166
ITENS OBJETO DE HEDGE – PASSIVO	477.948
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – PASSIVO	560.077
ITENS OBJETO DE HEDGE – ATIVO	538.200

Composição em 31.12.2010	
Valores em Risco de Operações de Swap	Valor
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – ATIVO	488.587
ITENS OBJETO DE HEDGE – PASSIVO	485.113
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – PASSIVO	667.566
ITENS OBJETO DE HEDGE – ATIVO	655.709

Composição em 31.03.2011		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	134	1.630
3 a 12 meses	146	7.793
1 a 3 anos	335	10.178
3 a 5 anos	23	50.553
TOTAL	638	70.154

Notas Explicativas

Composição em 31.12.2010		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	53	2.490
3 a 12 meses	157	9.628
1 a 3 anos	95	13.000
3 a 5 anos	-	33.020
TOTAL	305	58.138

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Na determinação do risco de crédito, são utilizados os índices de correlação e os fatores de risco divulgados pelo Banco Central do Brasil.

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.03.2010
Swap	(14.940)	(5.937)
TOTAL	(14.940)	(5.937)

NOTA 7 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
Recolhimentos obrigatórios – Poupança	194.222	196.368
Reservas compulsórias - Recursos à Vista	38.435	33.680
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	28.285	27.718
Tesouro Nacional - Crédito Rural	4.372	4.300
TOTAL	265.314	262.066

b) Resultado de Aplicações Compulsórias em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.03.2010
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	3.483	2.468
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	816	8.405
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	47	15
Desvalorização de Créditos Vinculados	(55)	(1.460)
TOTAL	4.291	9.428

NOTA 8 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) A Carteira de Crédito e a Provisão para Operações de Crédito estão assim compostas em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011		31.12.2010	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	11.127.170	(606.715)	10.715.838	(580.934)
Curto Prazo	4.839.337	(350.649)	4.470.238	(246.074)
Longo Prazo	6.287.833	(256.066)	6.245.600	(334.860)
Outras Rubricas com Característica de Crédito	624.745	(33.432)	571.930	(71.984)
Curto Prazo	623.562	(26.944)	547.862	(18.321)
Longo Prazo	1.183	(6.488)	24.068	(53.663)
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.751.915	(640.147)	11.287.768	(652.918)

a.1) Composição da Carteira de Crédito em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
Adiantamentos a Depositantes	627	1.417
Empréstimos	4.889.854	4.882.670
Títulos Descontados	156.701	170.113
Financiamentos	1.851.249	1.716.772
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	92.844	24.311
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 27.a.1)	533.694	533.239
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.972.547	1.961.023
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.629.411	1.426.050
Subtotal de Operações de Crédito	11.127.170	10.715.838
Avais e Fianças Honrados	15	20
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	12.082	9.896
Devedores por Compra de Valores e Bens	3.018	2.298
Títulos e Créditos a Receber	16.493	40.526
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾	593.137	519.190
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	624.745	571.930
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.751.915	11.287.768

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "OUTRAS OBRIGAÇÕES/Carteira de Câmbio".

Notas Explicativas

a.2) Receitas de Operações de Crédito em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.03.2010
Empréstimos e Títulos Descontados	218.093	173.260
Financiamentos	110.606	104.317
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	42.840	44.047
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	23.009	17.531
Avais Fianças Honrados	-	1
Outros Valores	(230)	(493)
TOTAL	394.318	338.663

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento em R\$ Mil

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2011	Total em 31.12.2010
Rural	80.466	11.569	27.685	93.176	111.942	1.581.380	1.906.218	1.882.050
Indústria	284.022	286.254	114.533	324.729	471.540	1.273.207	2.754.285	2.505.673
Governo	3.424	3.424	3.424	19.061	20.544	1.201.600	1.251.477	1.257.660
Outros Serviços	153.715	120.421	81.865	494.942	654.617	1.370.612	2.876.172	2.715.425
Comércio	220.753	186.203	327.101	359.446	363.876	393.323	1.850.702	1.778.739
Intermediários Financeiros	22.821	24.172	23.794	61.218	109.960	276.539	518.504	695.342
Habitação	243	-	-	-	-	-	243	243
Pessoas Físicas	4.009	4.553	4.467	11.829	9.652	16.094	50.604	48.783
TOTAL	769.453	636.596	582.869	1.364.401	1.742.131	6.112.755	11.208.205	10.883.915

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vincendas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2011	Total em 31.12.2010
Rural	349	462	580	2.942	3.543	19.498	27.374	32.184
Indústria	2.600	2.226	1.704	4.448	17.237	112.342	140.557	32.213
Outros Serviços	3.147	26.087	3.860	6.873	11.741	25.212	76.920	45.564
Comércio	5.919	5.139	5.038	13.152	17.303	17.748	64.299	77.687
Intermediários Financeiros	1	1	1	3	6	-	12	16
Pessoas Físicas	264	243	265	591	856	1.406	3.625	4.038
TOTAL	12.280	34.158	11.448	28.009	50.686	176.206	312.787	191.702

Parcelas Vincendas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2011	Total em 31.12.2010
Rural	65	842	12.559	2.120	5.033	17.916	13.903	52.438	60.270
Indústria	1.095	2.207	3.970	8.102	29.706	21.459	618	67.157	67.848
Outros Serviços	1.441	3.864	3.673	5.238	18.763	25.070	348	58.397	38.589
Comércio	1.836	6.582	6.999	5.289	10.561	17.954	408	49.629	41.802
Intermediários Financeiros	1	-	1	2	1	-	-	5	2
Pessoas Físicas	58	402	403	263	764	1.273	134	3.297	3.640
TOTAL	4.496	13.897	27.605	21.014	64.828	83.672	15.411	230.923	212.151

c) Composição das Operações por Níveis de Risco em R\$ Mil

Nível de Risco	31.03.2011				31.12.2010			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.520.509	-	3.520.509	-	3.640.505	-	3.640.505	-
A	4.851.438	-	4.851.438	24.257	3.847.921	-	3.847.921	19.239
B	2.304.039	33.491	2.337.530	23.375	2.635.606	38.743	2.674.349	26.743
C	203.202	47.404	250.606	7.518	262.461	23.563	286.024	8.581
D	88.887	35.870	124.757	12.476	111.266	18.644	129.910	12.991
E	44.173	43.625	87.798	26.340	56.686	36.090	92.776	27.833
F	12.364	30.766	43.130	21.565	34.525	46.511	81.036	40.518
G	9.184	29.254	38.438	26.907	17.621	43.157	60.778	42.544
H	174.409	323.300	497.709	497.709	277.324	197.145	474.469	474.469
TOTAL	11.208.205	543.710	11.751.915	640.147	10.883.915	403.853	11.287.768	652.918

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
---------------	------------	------------

Notas Explicativas

Saldo Inicial	652.918	615.845
(+) Constituição de provisão líquida no período	45.208	392.528
(-) Créditos baixados como prejuízo no período	(57.979)	(355.455)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	640.147	652.918
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito (Nota 9.e)	27.633	31.706
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	667.780	684.624

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.03.2010
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	64.177	44.795
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	-	5.885
(-) Reversões de provisões operacionais	(18.969)	(7.501)
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	45.208	43.179
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	922	7.644
(-) Reversões de provisões de outros créditos sem características de concessão de crédito	-	(150)
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	46.130	50.673

f) No 1º trimestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 23.009 mil (R\$ 17.531 mil em 31.12.2010) e as renegociações importaram em R\$ 25.113 mil (R\$ 162.440 mil em 31.03.2010).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal em R\$ Mil

Em decorrência da aplicação das Leis Nº 11.322, de 13.07.2006, Nº 11.775, de 17.09.2008 e Nº 12.249, de 11.06.2010, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.03.2011, um efeito positivo no valor de R\$ 31.068 mil (R\$ 18.931 mil em 31.03.2010), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:

Especificação	31.03.2011	31.03.2010
Efetivação de Rendas	12.586	8.150
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	5.730	3.583
Despesas com Deságios	(5.396)	(739)
Efeito Líquido de Provisões	18.148	7.937
TOTAL	31.068	18.931

NOTA 9 – Outros Créditos em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	15	20
b) Rendas a Receber	26.187	25.570
c) Diversos	863.832	1.007.017
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (Nota 20.b)	280.758	277.353
Créditos Tributários – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 6.a.2 e 20.b)	13.846	13.873
Devedores por Depósitos em Garantia	376.259	367.471
Impostos e Contribuições a Compensar	40.046	177.148
Decorrentes de Antecipação - IN SRF Nº 90/92	32.573	170.353
Outros Valores	7.473	6.795
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	16.493	40.526
Adiantamentos e Antecipações Salariais	18.767	2.111
Pagamentos a Ressarcir	8.300	8.110
Recálculo, abatimentos, dispensa e bônus em operações do BNDES	2.746	8.320
Recálculo, abatimentos, dispensa e bônus em operações do FAT	23.381	27.142
Outros Valores	56.488	58.215
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(61.065)	(103.690)
Com Característica de Concessão de Crédito	(33.432)	(71.984)
Sem Característica de Concessão de Crédito (Nota 8.d)	(27.633)	(31.706)
TOTAL	828.969	928.917
SALDO DE CURTO PRAZO	680.541	858.682
SALDO DE LONGO PRAZO	148.428	70.235

NOTA 10 – Carteira de Câmbio em R\$ Mil

a) Composição

Notas Explicativas

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	570.681	511.266
Direitos sobre Vendas de Câmbio	8.269	2.883
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(1.310)	(2.202)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	12.082	9.896
Ativo Circulante	589.722	521.843
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	596.369	532.891
Câmbio Vendido a Liquidar	8.249	2.855
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(593.137)	(519.190)
Outros Valores	45	45
Passivo Circulante	11.526	16.601

b) Resultado de Câmbio em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.03.2010
Rendas de Câmbio	8.779	27.523
Despesas de Câmbio	(102)	(509)
TOTAL	8.677	27.014

NOTA 11 – Permanente em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
a) Investimentos	1.450	1.429
a.1) Outros Investimentos	6.753	6.732
Investimentos por Incentivos Fiscais	5.010	5.011
Ações e Cotas	944	944
Bens Artísticos e Valiosos	799	777
a.2) Provisões para Perdas	(5.303)	(5.303)
Investimentos por Incentivos Fiscais	(5.010)	(5.010)
Ações e Cotas	(293)	(293)
b) Imobilizado ⁽¹⁾	185.425	188.219
b.1) Imóveis de Uso	135.473	132.615
Terrenos	6.567	6.567
Edificações	128.906	126.048
b.2) Reavaliações de Imóveis de Uso	111.628	111.628
Terrenos – Reavaliações	10.930	10.930
Edificações – Reavaliações	100.698	100.698
b.3) Outras Imobilizações de Uso	151.715	151.302
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	64.474	63.401
Sistema de Processamento de Dados	56.632	56.177
Sistema de Segurança	9.532	9.549
Sistema de Transporte	16.135	16.135
Outros	4.942	6.040
b.4) Depreciações Acumuladas	(213.391)	(207.326)
Imóveis de Uso	(159.289)	(155.715)
Outras Imobilizações de Uso	(54.102)	(51.611)
c) Diferido	2.136	2.407
c.1) Gastos de Organização e Expansão	5.456	6.096
Gastos em Imóveis de Terceiros	5.415	6.055
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	41	41
c.2) Amortização Acumulada	(3.320)	(3.689)
Gastos em Imóveis de Terceiros	(3.293)	(3.664)
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	(27)	(25)
TOTAL	189.011	192.055

⁽¹⁾ O Imobilizado inclui Imóveis nomeados ou penhorados no montante de R\$ 69.317 mil.

NOTA 12 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto em R\$ Mil

a) Depósitos

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
---------------	------------	------------

Notas Explicativas

a.1) Depósitos à Vista	152.164	134.119
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	27.616	31.487
Depósitos de Governos	16.796	20.446
Depósitos Vinculados	39.009	39.117
Pessoas Jurídicas	57.130	30.369
Pessoas Físicas	10.896	9.363
Outros Valores	717	3.337
a.2) Depósitos de Poupança	1.456.740	1.288.569
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	762.690	740.681
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	692.988	546.832
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	1.062	1.056
a.3) Depósitos Interfinanceiros	572.032	684.128
a.4) Depósitos a Prazo	6.526.636	6.387.223
Depósitos a Prazo	4.997.711	5.048.516
Depósitos Judiciais com Remuneração	221.450	202.751
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis	128.325	370.420
Proger Urbano	14.033	18.200
Proger Rural	-	-
Pronaf	129	273
Protrabalho	1.659	3.535
Infraestrutura	109.397	328.476
Estiagem	73	155
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	3.034	19.781
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados	535.124	316.372
Proger Urbano	60.873	60.448
Proger Rural	-	-
Pronaf	904	964
Protrabalho	185.443	192.453
Infraestrutura	261.011	50.731
Estiagem	11.318	11.776
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	15.575	-
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei Nº 8.167	642.691	447.569
Outros Valores	1.335	1.595
a.5) Outros Depósitos – Depósitos para Investimentos	13.038	15.542
TOTAL	8.720.610	8.509.581
SALDO DE CURTO PRAZO	4.515.734	3.772.031
SALDO DE LONGO PRAZO	4.204.876	4.737.550

b) Captação no Mercado Aberto em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
Carteira Própria	510.293	436.293
Letras Financeiras do Tesouro	510.293	436.293
Carteira de Terceiros	36.162	87.996
Letras Financeiras do Tesouro	170	87.996
Notas do Tesouro Nacional	35.992	-
TOTAL	546.455	524.289
SALDO DE CURTO PRAZO	511.697	460.893
SALDO DE LONGO PRAZO	34.758	63.396

c) Despesa de Captação no Mercado em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.03.2010
Despesas de Captações com Depósitos	(192.667)	(104.995)
Depósitos a Prazo	(131.809)	(72.207)
Depósitos de Poupança	(15.859)	(11.245)
Depósitos Judiciais	(4.852)	(845)
Depósitos Interfinanceiros	(5.064)	(3.250)
Depósitos Especiais - FAT	(27.435)	(15.917)
Outros Depósitos	(7.648)	(1.531)

Notas Explicativas

Despesas de Captação no Mercado Aberto	(14.383)	(9.487)
Carteira de Terceiros	(2.081)	(1.574)
Carteira Própria	(12.302)	(7.913)
TOTAL	(207.050)	(114.482)

NOTA 13 – Obrigações por Empréstimos e Repasses**a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento em R\$ Mil:**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2011	Total em 31.12.2010
Empréstimos no País	961	15.286	22.929	22.928	-	-	62.104	60.875
Empréstimos no Exterior	215.051	389.767	-	-	-	-	604.818	446.603
Repasses do País	183.164	114.073	216.016	359.260	548.121	343.042	1.763.676	1.686.776
Repasses do Exterior	27.067	41.719	137.100	141.774	311.956	70.237	729.853	729.165
TOTAL	426.243	560.846	376.044	523.962	860.077	413.279	3.160.451	2.923.419

b) Obrigações por Empréstimos em R\$ Mil

Especificação	Taxa de atualização % a.a	31.03.2011	31.12.2010
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+ 3 ou 7,75	62.104	60.875
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	604.818	446.603
TOTAL		666.922	507.478
SALDO DE CURTO PRAZO		621.065	461.822
SALDO DE LONGO PRAZO		45.857	45.656

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais em R\$ Mil

Especificação	Taxa de atualização % a.a	31.03.2011	31.12.2010
Tesouro Nacional	IGP-DI+ 2,0 ou 6,75	1.081	1.086
BNDES		1.001.534	933.260
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	773.994	712.269
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	227.540	220.991
FINAME		61.350	52.859
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	45.623	38.276
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	15.727	14.583
Outras Instituições		699.711	699.571
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	SELIC/TJLP / 6,0	82.966	81.699
MEPF- Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	SELIC/4 a 18,0	125.236	126.302
Banco da Terra-Combate a Pobreza Rural	Tx. Extra Merc./ 2 a 10,0	491.509	491.570
TOTAL		1.763.676	1.686.776
SALDO DE CURTO PRAZO		297.237	289.427
SALDO DE LONGO PRAZO		1.466.439	1.397.349

d) Obrigações por Repasses do Exterior em R\$ Mil

Especificação	Taxa de atualização % a.a	31.03.2011	31.12.2010
BID-Produtor	USD + 1,14 ou UCBID + 2,83	723.400	722.200
BID-Outros Programas	USD + 1,14	6.045	6.456
Outros Programas	USD + 6,0	408	509
TOTAL		729.853	729.165
SALDO DE CURTO PRAZO		68.786	66.808
SALDO DE LONGO PRAZO		661.067	662.357

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.03.2010
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(1.228)	(1.416)
Obrigações por Empréstimos no País	(1.228)	(1.416)
Despesas de Obrigações por Repasses	(26.280)	(33.603)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(22.472)	(15.484)
Tesouro Nacional	(25)	(23)
BNDES	(20.364)	(13.362)
FINAME	(766)	(797)
Outras Instituições	(1.317)	(1.302)
Despesas de Repasses do Exterior	(3.808)	(18.119)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(3.210)	(18.007)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(100.998)	(67.939)
TOTAL	(131.716)	(120.965)

Notas Explicativas

NOTA 14 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

Em novembro de 2010, o Banco do Nordeste emitiu Senior Unsecured Notes no valor de US\$ 300.000 mil no mercado financeiro internacional, com prazo de vencimento de 5 anos e com um cupom de 3,625% ao ano. As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

Demonstramos no quadro abaixo em R\$/US\$ Mil:

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Valor em US\$	Valor Contratual R\$	Valor de Mercado em 31.03.2011	Valor de Mercado em 31.12.2010
Eurobond – Senior Unsecured Notes	09.11.2010	09.11.2015	300.000	509.019	478.945	485.487

As operações de swap realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pela captação de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de hedge e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

NOTA 15 – Outras Obrigações em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
a) Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6.c)	70.154	58.138
b) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	125.019	5.604
Recursos do Proagro	588	148
Recebimento de Tributos Federais	119.580	-
IOF a Recolher	3.617	5.389
Outros Tributos e Assemelhados	1.234	67
c) Sociais e Estatutárias	143.135	130.687
Dividendos e Bonificações a Pagar	96.504	96.519
Participações nos Lucros	46.631	34.168
d) Fiscais e Previdenciárias	320.334	493.132
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 21)	103.755	101.525
Impostos e Contribuições	76.837	74.847
Causas Fiscais	26.918	26.678
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	68.767	58.716
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6.a.2)	57.750	47.294
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	11.017	11.422
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	100.980	284.294
Imposto de Renda	62.535	173.703
Contribuição Social	38.445	110.591
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	46.832	48.597
e) Negociação e Intermediação de Valores	3	7
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.992.822	3.746.175
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	3.902.281	3.656.262
Outros Valores	90.541	89.913
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16)	1.043.703	1.004.166
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 17)	1.128.778	1.101.848
i) Diversas	2.664.428	2.576.876
Provisão para Passivos Contingentes	1.511.709	1.436.231
Causas Trabalhistas (Nota 21.d)	172.306	161.863
Causas Cíveis (Nota 21.d)	102.342	92.970
Outras Causas (Nota 21.d)	47	65
FNE (Nota 21.e)	1.233.421	1.177.757
Repasse	402	372
Risco Integral	82.839	84.960
Risco Compartilhado	1.150.180	1.092.425
FDNE	401	277
PROAGRO	3.192	3.299
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.068.546	1.053.884
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM Nº 600	939.040	925.375
Plano de Aposentadoria e Pensão – CVM Nº 600	480.316	490.630
Plano de Assistência Médica – CVM Nº 600	458.724	434.745
Despesa de Pessoal	100.192	94.143
Outros Valores	29.314	34.366
Outros Valores	84.173	86.761
TOTAL	9.488.376	9.116.633

Notas Explicativas

SALDO DE CURTO PRAZO	3.755.592	3.373.868
SALDO DE LONGO PRAZO	5.732.784	5.742.765

NOTA 16 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de nível II. Seguem informações sobre a operação, em R\$ Mil:

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.03.2011	31.12.2010
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a.	22.12.2010	1.043.703	1.004.166

NOTA 17 – Dívidas Subordinadas

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Banco Central.

Os contratos têm prazo indeterminado e prevêem que os recursos, enquanto não aplicados, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, e, quando aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, serão atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9º-A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Segue a composição em R\$ Mil:

Especificações	31.03.2011	31.12.2010
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.128.778	1.101.848
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	347.467	319.417
Recursos aplicados ⁽²⁾	781.311	782.431
TOTAL	1.128.778	1.101.848

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 18 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O valor do Capital Social é de R\$ 1.851.000 mil (R\$ 1.851.000 mil em 31.12.2010) representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Composição em 31.03.2011					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros (9.606 acionistas)	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100	100

Composição em 31.12.2010					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	15.000	387.995	402.995	0,03	0,47
Outros (9.623 acionistas)	400.792	382.677	783.469	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 27.455 mil (R\$ 28.064 mil em 31.12.2010) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução Nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no trimestre importa em R\$ 609 mil (R\$ 2.437 mil em 31.12.2010).

c) Ações em Tesouraria

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 31.03.2011, representam, respectivamente, R\$ 27,00 e R\$ 40,00 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

Notas Explicativas

NOTA 19 – Outras Receitas/Despesas Operacionais em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.03.2010
a) Receitas de Prestação de Serviços	314.262	276.638
Administração de Fundos de Investimentos	3.211	2.803
Administração de Fundos e Programas	261.922	214.334
Prestação de Serviços	49.129	59.501
b) Rendas de Tarifas Bancárias	3.254	2.988
c) Despesas de Pessoal	(252.261)	(225.573)
Proventos	(144.460)	(112.074)
Encargos Sociais	(54.052)	(39.633)
Plano de Aposentadoria e Pensão - CVM N° 600	(6.659)	(32.235)
Plano de Assistência Médica - CVM N° 600	(27.868)	(21.913)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(19.222)	(19.718)
d) Outras Despesas Administrativas	(172.936)	(144.159)
Processamento de Dados	(24.642)	(37.801)
Propaganda e Publicidade	(7.004)	(6.560)
Serviços de Terceiros	(56.406)	(34.463)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(10.536)	(10.357)
Viagens	(2.622)	(2.963)
Comunicações	(7.724)	(7.615)
Depreciação e Amortização	(6.533)	(6.389)
Manutenção e Conservação de Bens	(7.445)	(7.523)
Vigilância, Segurança e Transporte	(7.392)	(6.250)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(3.562)	(4.532)
Serviços do Sistema Financeiro	(4.411)	(3.874)
Serviços Técnicos Especializados	(7.443)	(4.938)
Seguros	(1.011)	(908)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(15.714)	(5.693)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(382)	(208)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(878)	(776)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(6.200)	-
Outros Valores	(3.031)	(3.309)
e) Despesas Tributárias	(44.016)	(38.939)
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(40.731)	(35.783)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(3.010)	(2.908)
Outros Valores	(275)	(248)
f) Outras Receitas Operacionais	243.620	202.897
“Del credere” de Fundos Administrados	194.751	159.000
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	30.635	1.669
Recuperação de Encargos e Despesas	1.814	3.648
Reversão de Provisões de CSLL e IR	-	131
Reversão de Provisões Operacionais	236	3.551
Juros e Comissões	125	720
Correção Monetária	1.242	1.451
Atualização Monetária de Tributos	52	40
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	13.947	7.145
Outros Valores	818	25.542
g) Outras Despesas Operacionais	(216.428)	(171.805)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(181)	(1.443)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(14.550)	(7.954)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	-	(3)
Descontos Concedidos em Renegociações	(848)	(18.929)
Encargos de Operações de Crédito	(2.072)	(2.896)
Riscos Fiscais	(3.478)	(2.082)
Riscos com Operações do FNE	(97.165)	(107.990)

Notas Explicativas

Riscos com Operações do FDNE	(124)	(52)
Causas Trabalhistas	(13.126)	(5.160)
Causas Cíveis	(10.434)	(6.448)
Outras Causas	-	(5)
Outros Valores	(74.450)	(18.843)
TOTAL	(124.505)	(97.953)

NOTA 20 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco do Nordeste está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no 1º trimestre de 2011 foi de R\$ 60.949 mil e a de Contribuição Social foi de R\$ 37.947 mil, estando sua conciliação a seguir demonstrada em R\$ Mil:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Resultado Antes da Tributação menos Juros sobre o Capital Próprio e Participações Estatutárias nos Lucros	174.581	164.755	174.581	164.755
Adições/Exclusões Permanentes	(6.996)	1.812	(6.996)	1.817
Adições/Exclusões Temporárias	94.882	104.147	94.882	104.147
Resultado Tributável antes das Compensações	262.467	270.714	262.467	270.719
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	(19.350)	-	(20.354)
Resultado Tributável após Compensações	262.467	251.364	262.467	250.365
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(65.357)	(62.581)	(39.218)	(37.403)
Deduções (Incentivos Fiscais)	2.274	467	-	-
Despesas de Provisão para Impostos e Contribuição Social	(63.083)	(62.114)	(39.218)	(37.403)
Ativo Fiscal Diferido	2.135	456	1.271	263
Total de Despesas Correntes	(60.949)	(61.658)	(37.947)	(37.140)
% das despesas correntes em relação ao Resultado antes da Tributação	34,91%	37,42%	21,74%	22,54%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	63.083	145.381	39.218	93.598
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	255	1.015	152	609
Provisão de Tributos sobre ajustes de LPA	-	27.307	-	16.384
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	63.338	173.703	39.370	110.591
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	22.276	(117.146)	10.357	(54.100)
Valor do Ajuste no Período	41.062	56.557	29.013	56.491

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para créditos de liquidação duvidosa são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN Nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN Nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular BACEN Nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente.

De acordo com a Carta-Circular BACEN Nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda.

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada, em R\$ Mil:

Especificação	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		TOTAL	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2010	173.336	8.670	104.016	5.202	277.352	13.872
(+) Constituição de Créditos	24.311	504.620	14.590	302.772	38.901	807.392
(-) Realização de Créditos	(22.175)	(504.636)	(13.320)	(302.782)	(35.495)	(807.418)
Saldo Final em 31.03.2011	175.472	8.654	105.286	5.192	280.758	13.846

O saldo dos créditos ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em “OUTROS CRÉDITOS-Diversos”, apresenta a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
1. Total das Diferenças Temporárias	3.099.085	3.000.354	3.099.085	3.000.354

Notas Explicativas

2. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
3. Base de cálculo total (item 1 + item 2)	3.099.085	3.000.354	3.099.085	3.000.354
4. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	774.771	750.089	464.863	450.053
5. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	8.654	8.671	5.192	5.202
6. Total dos Créditos Tributários (item 4 + item 5)	783.425	758.760	470.055	455.255
7. Créditos Tributários Ativados	175.571	173.336	105.287	104.017
8. Crédito Tributário Ativado decorrente da marcação a mercado de TVM	8.654	8.671	5.192	5.202
9. Total de Créditos Tributários Ativados (item 7 + item 8)	184.125	182.007	110.479	109.219
10. Créditos Tributários Não Ativados (item 6 - item 9)	599.300	576.753	359.576	346.036

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.03.2011 estão a seguir demonstrados, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2011	56.762	51.987	34.046	31.182	90.808	83.169
2012	21.646	17.753	12.987	10.652	34.633	28.405
2013	18.198	13.490	10.919	8.094	29.117	21.584
2014	23.763	15.981	14.258	9.589	38.021	25.570
2015	55.103	33.727	33.076	20.245	88.179	53.972
TOTAL	175.472	132.938	105.286	79.762	280.758	212.700

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular BACEN N.º 3.068, de 08.11.2001, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme demonstrado abaixo, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2011	7.349	7.349	4.409	4.409	11.758	11.758
2012	1	1	-	-	1	1
2013	1	1	-	-	1	1
2014	177	177	106	106	283	283
2015	345	345	207	207	552	552
2016 a 2018	3	3	2	2	5	5
2019 a 2021	3	3	2	2	5	5
2022 a 2024	1	1	1	1	2	2
2027 a 2029	774	774	465	465	1.239	1.239
TOTAL	8.654	8.654	5.192	5.192	13.846	13.846

NOTA 21 – Provisões, Ativas e Passivas Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN N.º 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular BACEN N.º 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão, dos passivos contingentes, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados de Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco do Nordeste guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.
- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN N.º 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de

Notas Explicativas

probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições 31.03.2011 e 31.12.2010, a seguir demonstrado:

Especificação	31.03.2011			31.12.2010		
	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações
1.PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 15.d)						
1.1Impostos e Contribuições -Obrigação Legal						
	76.837	76.837	01	74.847	74.847	01
1.2 Causas Fiscais	26.918	26.918	202	554.803	26.678	179
1.2.1 Obrigação Legal	527	527	05	551	551	07
1.2.2 Outras Obrigações-Diversas	493.157	26.391	195	554.252	26.127	172
Provável	26.391	26.391	-	26.127	26.127	-
Possível	288.944	-	-	363.126	-	-
Remota	177.822	-	-	164.999	-	-
2 .PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 15.i)						
2.1 Causas Trabalhistas	239.948	172.306	795	226.032	161.863	802
Provável	172.306	172.306	-	161.863	161.863	-
Possível	26.356	-	-	25.716	-	-
Remota	41.286	-	-	38.453	-	-
2.2 Causas Cíveis	2.092.676	102.342	4.658	1.834.025	92.970	4.590
Provável	102.342	102.342	-	92.970	92.970	-
Possível	458.853	-	-	350.839	-	-
Remota	1.531.481	-	-	1.390.216	-	-
2.3 Outras Causas	1.640	47	43	3.947	65	65
Provável	47	47	-	65	65	-
Possível	614	-	-	1.770	-	-
Remota	979	-	-	2.112	-	-

e) Demonstramos a seguir a movimentação das seguintes provisões em R\$ Mil

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
a) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	74.847	71.343
Constituição	2.198	4.149
Reversão/Utilização/Baixa	(208)	(645)
Saldo Final	76.837	74.847
b) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	551	-
Constituição	-	551
Reversão/Utilização/Baixa	(24)	-
Saldo Final	527	551
c) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	26.127	23.824
Constituição	1.986	2.987
Reversão/Utilização/Baixa	(1.722)	(684)
Saldo Final	26.391	26.127
d) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	161.863	150.741
Constituição	13.126	44.785
Reversão/Utilização/Baixa	(2.683)	(33.663)
Saldo Final	172.306	161.863
e) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	92.970	95.337
Constituição	10.434	38.025
Reversão/Utilização/Baixa	(1.062)	(40.392)
Saldo Final	102.342	92.970
f) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	65	567
Constituição	1	12
Reversão/Utilização/Baixa	(19)	(514)
Saldo Final	47	65
g) Férias		
Saldo Inicial	52.818	39.346

Notas Explicativas

Constituição	16.506	67.870
Reversão/Utilização/Baixa	(18.712)	(54.398)
Saldo Final	50.612	52.818
h) FNE (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	1.177.757	956.261
Constituição	97.166	409.232
Reversão/Utilização/Baixa	(41.502)	(187.736)
Saldo Final (Nota 24.c.3)	1.233.421	1.177.757
i) FDNE (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	277	37
Constituição	124	240
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	401	277

- f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.
- g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN N.º 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no item “d”, subitens 1.1 e 1.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.
- h) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o BANCO é parte, classificados como risco de perda possível:
- Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data-base de 31.03.2011, perfazem respectivamente, R\$ 138.963 mil e R\$ 88.210 mil. Na posição de 31.12.2010, representavam, respectivamente, R\$ 131.730 mil e R\$ 85.032 mil, ambas com nível de risco possível.
 - Ação na esfera cível que visa indenização por danos morais e materiais sob a alegação de que a litigante teve sua falência decretada. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2011, R\$ 73.457 mil. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 69.849 mil com nível de risco possível.
 - Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2011, R\$ 73.285 mil. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 1 mil, com nível de risco remoto, valor este estipulado na petição inicial.
 - Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2011, R\$ 28.549 mil. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 27.147 mil com nível de risco possível.
 - Ação na esfera cível que visa Indenização por danos morais, materiais e repetição de indébito sob a alegação do não cumprimento das responsabilidades pactuadas em Acordo firmado. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2011, R\$ 19.898 mil. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 18.921 mil com nível de risco possível.
 - Ação na esfera cível que visa Repetição de Indébito sob a alegação de prejuízos sofridos em projeto de confecções celebrado. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2011, R\$ 18.522 mil. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 17.612 mil com nível de risco possível.
- i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, conforme quadro abaixo em R\$ mil:

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
Demandas Trabalhistas	165.427	162.830
Demandas Fiscais	179.143	169.532
Demandas Cíveis	21.530	16.878
Total	366.100	349.240

NOTA 22 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores

Em 31.03.2011, os valores da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Funcionários ⁽¹⁾
Máxima	24.275,20
Mínima	887,65
Média	6.343,62

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas-extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

Notas Explicativas

Em 31.03.2011, os valores da remuneração trimestral paga pelo Banco aos Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta ⁽²⁾	Diretoria
Maior remuneração individual	87.654,00
Menor remuneração individual	78.093,57
Remuneração média individual	85.057,57
Número de membros ⁽¹⁾	7
Remuneração Bruta ⁽²⁾	Conselho de Administração
Maior remuneração individual	24.275,20
Menor remuneração individual	887,65
Remuneração média individual	6.343,62
Número de membros ⁽¹⁾	6
Remuneração Bruta ⁽²⁾	Conselho Fiscal
Maior remuneração individual	8.393,00
Menor remuneração individual	8.393,00
Remuneração média individual	8.323,00
Número de membros ⁽¹⁾	5

⁽¹⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

⁽²⁾ Valores aprovados pela 57ª reunião da Assembléia Geral Ordinária e 84ª reunião da Assembléia Geral Extraordinária do Banco do Nordeste, realizadas cumulativamente em 30.03.2010.

Em 31.03.2011, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 6.034 (5.993 em 31.12.2010), registrando-se, um acréscimo de 0,68% no quadro de pessoal do Banco.

NOTA 23– Benefícios a Empregados

Na forma preconizada pela Deliberação CVM N° 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste no reconhecimento de suas obrigações:

a) O Banco do Nordeste não mantém:

- Benefícios por desligamento;
- Outros benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

b) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM N° 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM N° 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano. Os efeitos da adoção inicial da Deliberação CVM N° 600, a partir de 01.01.2009, foram reconhecidos integralmente nas demonstrações encerradas em 31.12.2010.

c) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

c.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano de Benefícios Definidos (BD), que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, e o plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC N° 189, de 25.03.2010, que iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

c.1.1) Regime Atuarial

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM N° 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

c.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Notas Explicativas

Não existem, em 31.03.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que dêem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

c.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.03.2011, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2010, 1:1).

c.1.4) Evolução da Situação Atuarial

O resultado atuarial do plano BD, na posição de março/2011, apresenta-se superavitário em R\$ 18.036 mil (superávit de R\$ 44.416 mil em 31.03.2010) em decorrência do impacto positivo dos investimentos, de dispêndios referentes às variações nas obrigações do plano, assim como variações nas contingências. Merece destaque o aumento de R\$ 123.088 mil nas obrigações do plano de benefícios, em dezembro/2010, em face da revisão em seu plano de custeio, que implicou na redução da taxa máxima de contribuição dos participantes assistidos de 23% para 21,25%, a partir de 01.01.2011.

A situação atuarial do plano CV I, na posição de 31.03.2011, é equilibrada, visto que todas as obrigações atuariais existentes, que totalizam R\$ 27.389 mil, possuem características de contribuição definida.

c.2) Plano de Assistência Médica

O Banco do Nordeste é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

c.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que dêem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

c.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela co-participação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

NOTA 24 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 34.428.918 mil (R\$ 33.326.631 mil em 31.12.2010) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).

b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 3.898.660 mil (R\$ 3.653.134 mil em 31.12.2010), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 99.959 mil (R\$ 67.100 mil em 31.03.2010).

c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do PRONAF (grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999; e

c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração Nº 616, de 26.05.2003.

A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em Passivos Contingentes do Banco é a seguinte em R\$ Mil:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.03.2011	Provisão em 31.12.2010
AA	3.065.288		-
A	10.432.778	26.225	25.186
B	7.606.127	37.981	35.642
C	593.408	8.888	9.232
D	411.492	20.703	17.470
E	263.770	39.859	31.192
F	288.438	72.550	72.859
G	196.683	75.771	56.646
H	1.870.561	951.444	929.530
TOTAL	24.728.545	1.233.421	1.177.757

d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o “del credere” do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o “del credere” é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º- A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, o “del credere” é 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial Nº 245,

Notas Explicativas

de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de “del credere” foi de R\$ 194.125 mil (R\$ 158.863 mil em 31.03.2010).

- e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração importou em R\$ 237.175 mil (R\$ 189.500 mil em 31.03.2010).

NOTA 25 - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo em R\$ Mil:

Especificação	TADE	VALOR
Programa Especial Combate Efeitos Estiagem	TADE 16/2006	3.158
PROGER-URBANO Investimento	TADE 17/2006	15.149
FAT - Infraestrutura	TADE 18/2006	262.453
PRONAF Investimento	TADE 19/2006	1.940
PROGER-RURAL - Custeio	TADE 20/2006	1.683
PRONAF - Custeio	TADE 01/2007	4.499
PROGER-RURAL - Investimento	TADE 02/2007	24.345
PROTRABALHO Investimento	TADE 04/2007	150.760
PNMPO-Pr.Nac.Microcréd.Prod.Orientado	TADE 01/2010	15.488
TOTAL		479.475

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R\$ 663.449 mil (R\$ 686.792 mil em 31.12.2010), têm custo de captação com base na taxa SELIC enquanto não aplicadas em operações de crédito, e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 128.325 mil (R\$ 370.420 mil, em 31.12.2010).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT Nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada TADE (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.

Valores em R\$ Mil:

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			31.03.2011		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a efeitos da Estiagem	16/2006	RA	2.979	13	73	11.318	11.39
PROGER – URBANO Investimento	17/2006	RA	24.129	650	14.033	60.873	74.90
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	104.056	9.925	109.397	261.011	370.40
PRONAF Investimento	19/2006	RA	362	11	99	737	83
PROGER – RURAL Custeio	20/2006	RA	7	-	-	-	-
PRONAF Custeio	01/2007	RA	123	4	30	167	19
PROGER RURAL Investimento	02/2007	RA	6	-	-	-	-
PROTRABALHO Investimento	04/2007	RA	48.961	629	1.659	185.443	187.10
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	1.936	518	3.034	15.575	18.60
TOTAL			182.559	11.750	128.325	535.124	663.44

Valores em R\$ Mil:

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2010		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a efeitos da Estiagem	16/2006	RA	3.169	17	155	11.776	11.93
PROGER – URBANO Investimento	17/2006	RA	20.950	460	18.200	60.448	78.64
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	8.389	627	328.476	50.731	379.20

Notas Explicativas

PRONAF Investimento	19/2006	RA	296	9	200	782	98
PROGER – RURAL Custeio	20/2006	RA	496	7	-	-	
PRONAF Custeio	01/2007	RA	92	3	73	182	25
PROGER RURAL Investimento	02/2007	RA	3.186	31	-	-	
PROTRABALHO Investimento	04/2007	RA	52.103	985	3.535	192.453	195.98
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	402	121	19.781	-	19.78
TOTAL			89.083	2.260	370.420	316.372	686.79

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa SELIC;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 26 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basiléia

a) Gestão de Riscos

Os instrumentos de governança corporativa do Banco do Nordeste incluem estrutura de controles internos, revisada periodicamente com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos no Banco observa as orientações do Comitê de Basiléia e as exigências do Acordo de Basiléia II, priorizando a identificação dos possíveis riscos existentes nos diversos processos da Instituição, a implementação e acompanhamento de indicadores-chave e de mecanismos de mitigação dos riscos identificados. Eventuais perdas decorrentes de risco operacional ficam armazenadas na base de dados do sistema de recuperação de informações contábeis do Banco, com as qualificações necessárias para o acompanhamento efetivo das ocorrências verificadas, permitindo o desenvolvimento e utilização de instrumentos de controle.

O risco de crédito é gerenciado por meio de modelos de avaliação de risco, bem como de um processo contínuo de reavaliação desses modelos para fins de classificação de risco dos clientes e de suas operações, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Resolução Nº 2.682, de 21.12.1999, do Conselho Monetário Nacional. Complementarmente, o trabalho de gerenciamento do risco de crédito envolve um fluxo constante de informações, que depois de coletadas e analisadas, permite a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação do risco, de forma a assegurar que o Banco mantenha exposição a risco de crédito com parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco, indicadores de desempenho por macrosetores e gerenciamento das despesas de provisão para devedores duvidosos.

O Banco do Nordeste do Brasil, atuando como agente governamental de fomento para o desenvolvimento da Região Nordeste, segue as melhores práticas do mercado financeiro para identificação, mensuração e controle dos riscos de mercado inerentes às posições assumidas pela Instituição.

O acompanhamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado a partir da volatilidade observada em taxas de juros, moedas, commodities e índices de preços que impactam os ativos e passivos do Banco. O Banco utiliza aplicativo computadorizado, desenvolvido internamente, para gestão de riscos, fornecendo informações relativas ao VaR (Value at Risk); a Duration global (ativos e passivos) por carteira, título e indexador; aos fluxos de caixa previstos, com a identificação de eventuais descasamentos entre ativos e passivos com relação a prazos; e aos saldos globais de ativos e passivos, por carteira e por título, apontando eventuais descasamentos por moedas.

A liquidez é monitorada diariamente, observando-se os limites definidos para as disponibilidades, sinalizando a margem para negociação e execução da Política de Tesouraria.

O processo de acompanhamento da gestão dos riscos de mercado do Banco do Nordeste é direcionado pela Política Corporativa de Gestão de Riscos, que traça as diretrizes para a negociação dos ativos do Banco e estabelece os limites operacionais que a instituição admite para assunção de posições atreladas aos diversos fatores de risco.

De acordo com as Circulares BACEN Nº 3.354, de 27.06.2007, e Nº 3.365, de 12.09.2007, para efeito de gerenciamento, as operações expostas ao risco de mercado encontram-se segmentadas nas seguintes carteiras:

Carteira de Negociação: considera as operações de compra com compromisso de revenda, operações de venda com compromisso de recompra e os títulos classificados na categoria títulos para negociação, de acordo com a Circular BACEN Nº 3.068, de 08.11.2001.

Carteira de Não-Negociação: formada pelas operações sujeitas a risco de mercado e não incluídas na Carteira de Negociação.

Para acompanhamento e controle dos riscos da Carteira de Negociação, adota-se o monitoramento da exposição a risco através do cálculo do VaR Paramétrico, que mensura a perda máxima esperada de uma carteira dentro de um intervalo de tempo, levando-se em conta o nível de confiança de 99%, com informações de 60 dias úteis. O Value at Risk (VaR) das operações da Carteira de Negociação do Banco, na posição de 31.03.2011, ficou quantificado em R\$ 398 mil, ante o saldo líquido (ativo menos passivo) de R\$ 2.560.000 mil de composição desta carteira.

Na data-base de 31.03.2011, o VaR representou apenas 0,016% do valor líquido da Carteira de Negociação, bem abaixo do limite de 1% estabelecido pela Política Corporativa de Gestão de Risco do Banco.

A reduzida exposição ao risco de mercado desta carteira deve-se ao fato de que as operações são contratadas em CDI ou pré-fixadas estas, na sua maioria, têm prazo de um dia e são lastreadas em títulos públicos federais.

Notas Explicativas

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular Nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

b) Análise de Sensibilidade

O Banco do Nordeste gerencia seu risco de mercado identificando e monitorando as exposições de suas posições próprias tendo como referências limites de riscos estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos.

Para fins de gestão do risco de mercado as carteiras do Banco estão segregadas em Carteira de Negociação (Trading Book) – que pode abranger operações compromissadas e títulos adquiridos com o objetivo de negociação no mercado – e Carteira de Não Negociação (Banking Book) abrangendo todas as operações não classificadas na Carteira de Negociação que estejam expostas a riscos de mercado.

A análise de sensibilidade, apresentada nos quadros a seguir, segue o disposto no Art. 3º da Instrução CVM N.º 475/2008, incluindo os saldos expostos a fatores de risco de mercado e operações com derivativos para hedge.

Quadro I – Carteira de Negociação (em R\$ mil)

Fator de Risco	Tipo de Risco	Variação na Taxa	Resultado		
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa Prefixada	Variação da Taxa de Juros	Aumento da Taxa de Juros	-	(3.487)	(6.882)

Quadro II – Carteira de Não Negociação

Fator de Risco	Tipo de Risco	Variação na Taxa	Resultado		
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa Prefixada	Variação da Taxa de Juros	Aumento da Taxa de Juros	-	(145.964)	(273.365)
IGP	Variação do cupom de índices de Preços	Aumento do Cupom (Redução do índice)	-	(90.817)	(168.706)
IPCA	Variação do cupom de índices de Preços	Aumento do Cupom (Redução do índice)	-	(97.353)	(177.955)
TJLP	Variação do Cupom da TJLP	Aumento do Cupom (Redução da TJLP)	-	(90.792)	(199.338)
TR	Variação do Cupom de TR	Aumento do Cupom (Redução da TR)	-	(491)	(941)
Dólar	Variação do Cupom Cambial	Redução do Cupom (Aumento da Taxa de Câmbio)	-	(3.938)	(8.493)

Quadro III – Operações com Derivativos para Hedge

Quadro III - Operações com Derivativos para Hedge					
			Resultado		
Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Hedge	Aumento da taxa de juros	SWAP DI x Pre	(561.233)	(543.735)	(527.593)
		Ativo Prefixado	548.043	504.591	466.159
		Exposição Líquida	(13.190)	(39.144)	(61.434)
Efeito Líquido			-	(25.954)	(48.244)
Hedge	Aumento do cupom de moeda estrangeira (ME)	SWAP DI x Dólar	488.162	463.429	440.201
		Passivo em Dólar	(481.867)	(463.033)	(445.707)
		Exposição Líquida	6.295	396	(5.506)
Efeito Líquido			-	(5.899)	(11.801)

Na data-base de 31.03.2011, os riscos passíveis de ocasionar perdas foram: o aumento da taxa de juros da economia, aumento do custo de oportunidade (cupom da respectiva exposição em Índice de Preços, TJLP e TR) e redução do cupom cambial.

Nas operações com derivativos para hedge foram construídos cenários considerando variações das taxas de juros – hedge com swap DIxPRE – e variação cambial do dólar – hedge com Swap DIxDólar.

Para realizar a análise de sensibilidade foram considerados três cenários

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de referência para o respectivo fator de risco, na posição de 31.03.2011.

Cenário 2 – Neste cenário, considerou-se a deterioração de 25% na variável de risco respectiva, na posição de 31.03.2011.

Cenário 3 – Neste cenário, considerou-se a deterioração de 50% na variável de risco respectiva, na posição de 31.03.2011.

A propósito dos resultados acima, é importante ressaltar, ainda, que: i) os cenários 2 e 3 apresentados nos quadros I, II e III retratam situações de alta volatilidade das taxas - 25% e 50%, respectivamente; e ii) não se afigura viável efetuar-se uma análise agregada dos resultados, visto que a mesma estaria sujeita a inconsistências advindas do fato de as deteriorações haverem sido aplicadas, de forma isolada, a cada fator de risco, em observância ao preconizado na Instrução CVM Nº 475. Com efeito, note-se que alguns cenários considerados para as simulações isoladas incorporam movimentos dos fatores de risco cuja simultaneidade seria economicamente incongruente, tais como o aumento da taxa de juros acompanhado, simultaneamente, do aumento na taxa de câmbio e da redução da TJLP.

Notas Explicativas

A Carteira de Não Negociação é formada em grande parte por operações de crédito e outras posições que são mantidas até o vencimento. Portanto, o efeito calculado, decorrente de bruscas oscilações nas taxas de juros no mercado, não representa impacto contábil sobre o resultado do Banco.

c) Exposição ao Risco Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram, em 31.03.2011, saldo líquido de exposição cambial vendida no importe de R\$ 44.590 mil (R\$ 32.712 mil em 31.12.2010 – posição vendida), na forma demonstrada a seguir em R\$ Mil:

ATIVOS	31.03.2011	31.12.2010
Disponibilidades	495	1.468
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	19.792	13.474
Operações de Crédito	623.854	642.663
Outros Créditos	687.690	555.369
Ativo sem hedge (Swap)	1.331.831	1.212.974
Operações ativas de hedge (Swap)	484.166	488.587
TOTAL	1.815.997	1.701.561

PASSIVOS	31.03.2011	31.12.2010
Depósitos	27.616	31.486
Relações Interdependências	2.603	30.330
Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.208.799	1.214.652
Outras Obrigações	621.569	457.805
Passivo sem hedge (Swap)	1.860.587	1.734.273
Operações passivas de hedge (Swap)	-	-
TOTAL	1.860.587	1.734.273

O Banco administra o risco cambial mantendo sua exposição cambial limitada a valores residuais, obedecendo rigorosamente ao percentual estabelecido normativamente pelo Banco Central e pela Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco.

O descasamento cambial, marcado a mercado, é apurado diariamente e apresenta os valores do quadro abaixo. Tal descasamento é mensurado conforme a Circular BACEN N° 3.389, de 25.06.2008 e apresenta, em 31.03.2011, um percentual inferior a 5% do valor do Patrimônio de Referência, que constitui o limite estabelecido pela Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco.

Especificação	31.03.2011		31.12.2010	
MOEDA	ATIVOS	PASSIVOS	ATIVOS	PASSIVOS
Dólar	1.670.192	1.726.574	1.262.122	1.309.416
Euro	78.979	77.083	79.607	77.107
Iene	19	0	17	-
Franco Suíço	72	17	60	31
TOTAL	1.749.262	1.803.674	1.341.806	1.386.554

d) Limites Operacionais – Acordo de Basiléia

As diretrizes vigentes (Resoluções CMN N°s 3.444 e 3.490, de 28.02.2007 e 29.08.2007 respectivamente) mantiveram, para 31.03.2011, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o Patrimônio Líquido de Referência (PR) de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 31.03.2011, o índice de adequação de capital (Índice de Basiléia) do Banco do Nordeste foi de 17,64% (13,60% em 31.12.2010), enquanto o Patrimônio de Referência foi de R\$ 4.422.684 mil (R\$ 3.248.273 mil em 31.12.2010). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 2.758.647 mil em 31.03.2011 (R\$ 2.627.409 mil em 31.12.2010).

Demonstramos abaixo o cálculo do índice de Basiléia em R\$ Mil:

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
a) Patrimônio de Referência (PR)	4.422.684	3.248.273
.Nível I	2.225.027	2.146.806
.Nível II	2.197.657	1.101.467
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	2.758.647	2.627.409
. Parcela PEPR ⁽¹⁾	2.358.712	2.248.812
. Parcela PJUR	932	381
. Parcela PCOM	392	16.652
. Parcela POPR	398.611	361.564
c) Valor do RBAN	58.022	74.721
Margem (a-b-c)	1.606.015	546.143
Índice de Basiléia (Circular BACEN N° 3.477, de 24.12.2009)	17,64%	13,60%

Notas Explicativas

Índice de Basileia Amplo (Incluindo Valor RBAN)	17,27%	13,22%
---	--------	--------

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular BACEN Nº 3.360, de 12.09.2007.

Em 22.12.2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de nível II.

NOTA 27 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
Ativos		
Operações de Crédito - Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 8.a.1)	533.694	533.239
TOTAL	533.694	533.239
Especificação	31.03.2011	31.12.2010
Passivos		
Depósito a Prazo - FAT (Nota 12.a.4 e Nota 25)	663.449	686.792
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 13.c)	1.763.676	1.686.776
Tesouro Nacional	1.081	1.086
BNDES	1.001.534	933.260
FINAME	61.350	52.859
Outras Instituições	699.711	699.571
Outras Obrigações	6.074.762	5.762.276
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 15.f)	3.902.281	3.656.262
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 15.g)	1.043.703	1.004.166
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 15.h)	1.128.778	1.101.848
TOTAL	8.501.887	8.135.844

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (CAPEF) e Caixa de Assistência Médica (CAMED), apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
Passivos		
Outras Obrigações (Notas 15.i)	939.040	925.375
CAPEF	480.316	490.630
CAMED	458.724	434.745
TOTAL	939.040	925.375

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir em R\$ Mil:

Especificação	31.03.2011	31.03.2010
Benefício de Curto Prazo	648	655
Honorários	599	572
Diretoria	504	484
Conselho de Administração	51	48
Conselho Fiscal	44	40
Outros	49	83
Participação no Lucro	-	-
TOTAL	648	655

Especificação	31.03.2011	31.03.2010
Benefício Pós Emprego	43	7
TOTAL	43	7

Notas Explicativas

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção aqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A..

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 28 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
Créditos Abertos para Importação	56.335	110.589
Beneficiários de Garantias Prestadas:		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	92.219	92.919
- FNE	12.552.088	12.093.509
- Outras Entidades	41.375	40.745
Coobrigações em Cessões de Crédito	29.309	29.549

b) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco e de terceiros sob sua responsabilidade estão suficientemente segurados no montante de R\$ 395.179 mil (R\$ 392.459 mil em 31.12.2010) assim distribuídos:

Especificação	31.03.2011	31.12.2010
Bens Móveis	124.219	123.783
Bens Imóveis	266.940	264.656
Bens Imóveis de Terceiros	2.863	2.863
Responsabilidade Civil (Aeronave)	1.157	1.157
TOTAL	395.179	392.459

d) Evento Subsequente

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 01.04.2011, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 159.000 mil, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O referido aumento esta em processo de homologação junto ao BACEN. O Capital Social passou de R\$ 1.851.000 mil para 2.010.000 mil representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal.

Fortaleza, 26 de Abril de 2011

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 13 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Claudio Lino Lippi
Auditores Independentes Contador
CRC 2SP 011.609/O - 8 "F" CE CRC 1SP 097.866 - TPE S/CE